

Uma resenha sobre o livro: HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012. 238 p.

Por novos caminhos: algumas reflexões e muitas possibilidades

Paola Rodrigues Bittencourt
Arquivista do Arquivo Nacional
Aluna do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
paolarb@gmail.com

O mais curioso de se debruçar sobre *O lugar do arquivo*: a construção do legado de Darcy Ribeiro é tornar-se íntimo de uma pessoa, de uma determinada área da Arquivologia, de um Centro de Pesquisas, de uma parte da história recente da política no Brasil. Porém, para compreender o livro é preciso conhecer, ainda que minimamente, a trajetória acadêmica e profissional de Luciana Heymann.

Já no prefácio, a professora Ângela de Castro Gomes destaca que este não é como muitas das teses-livro feita por quem iniciara suas pesquisas na área. A professora Luciana tem graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrado em Antropologia Social pela mesma Universidade e Doutorado em Sociologia, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Somando-se a sua trajetória acadêmica, Luciana trabalha desde 1986 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Criado em 1973, o CPDOC é uma instituição pioneira na dedicação à guarda, preservação, tratamento e acesso aos arquivos pessoais de pessoas públicas, com o objetivo de desenvolver e contribuir para as pesquisas relativas à história recente do Brasil.

Neste ano de 2013, o CPDOC completa 40 anos de existência e de intensa atividade na área dos arquivos pessoais. Destes 40 anos, há 27 o CPDOC conta com a atuação de Luciana Heymann, agora coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais – criado em 2003 no CPDOC.

O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro é o resultado de uma pesquisa de doutorado, mas, mais do que

isso, é o reflexo de muitos anos de atividade profissional dedicada aos arquivos pessoais. Foram esses anos de experiência que perpassaram todos os questionamentos, apontamentos e conclusões marcados nas páginas deste livro. E também, mais especificamente, o trabalho desenvolvido pela autora a frente de um projeto do CPDOC com a Fundação Darcy Ribeiro para tratamento do acervo arquivístico do antropólogo.

A tese de doutoramento em Sociologia foi defendida em 2009 e, como a própria autora destaca, sua necessidade foi de “lançar um olhar sociológico” sobre sua própria prática profissional, ou seja, analisando os comportamentos e as influências externas na construção dos arquivos pessoais.

O interesse de Luciana é contagiante. Naturalmente acaba-se preso às linhas, parágrafos e páginas que retratam a construção do legado a partir da compreensão do próprio Darcy Ribeiro. Pelas mãos de Heymann nos encontramos com a história de um homem e também com a história recente do Brasil.

Ao contrário de diversos dos pesquisadores da área que têm como objeto os arquivos pessoais, Luciana não foi estudar o arquivo para entender o Darcy, seu objetivo foi estudar o Darcy para compreender seu arquivo. O arquivo é de fato um reflexo de todas as atuações de Darcy? Como o arquivo espelha as relações de Darcy com o mundo? Para isso, Luciana vai desde a Sociologia, passando pela História e pela Arquivologia, até a Antropologia, iniciando o que chama de “antropologia dos arquivos”.

Considerado por Oliveira (2012, p. 24) como “um espaço de discussão teórica pouco privilegiado”, os arquivos pessoais ainda não possuem na Arquivologia grandes fóruns de debates como os arquivos públicos. Possivelmente devido à história da disciplina que surge no seio do Estado moderno e para atender às suas necessidades.

Ao realizar algumas reflexões sobre a descrição e a pesquisa nos arquivos pessoais, Oliveira (2012, p. 33) afirma que os arquivos pessoais são arquivos e os define como “um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Luciana parte do questionamento dos arquivos pessoais como arquivos propriamente ditos para iniciar sua discussão em torno do legado de Darcy Ribeiro. Recorrendo a diversos autores, Luciana oferece sua exploração sobre o mundo dos arquivos e da Arquivologia, partindo das abordagens mais clássicas da teoria arquivística, como Hillary Jenkinson, até as ideias mais recentes de autores como Elizabeth Kaplan e Terry Cook em torno do pós-modernismo, destacando, ainda, que nas últimas décadas o arquivo deixa de ser apenas um repositório de fontes de pesquisa para ser o objeto da pesquisa em si.

Longe de representar um pensamento hegemonicamente compartilhado pela comunidade arquivística, as bases de um pensamento pós-moderno nos arquivos, colocados por Kaplan e Cook, inserem-se no centro das novas configurações assumidas pela Arquivologia no cenário nacional e internacional. O que Kaplan e Cook apresentam é

a necessidade de se questionar alguns conceitos arquivísticos, os trabalhos nos arquivos e a própria forma de produção e acumulação destes arquivos. Propõem, ainda, como resultado desses questionamentos que a teoria arquivística seja revista e atualizada.

Em contraponto a essa postura de questionamentos assumida pelos autores pós-modernistas, estaria a postura – considerada pelos pós-modernos como positivista – de autores clássicos como Hilary Jenkinson, segundo o qual os arquivistas seriam os guardiões passivos dos arquivos. Neste universo, as teorias arquivísticas não podem ou não devem ser questionadas – isso inclui, principalmente, a naturalidade na produção e acumulação dos arquivos.

Em parte de sua exploração, Luciana aborda alguns pontos que podem ser considerados polêmicos nos fóruns arquivísticos. Um destes pontos é a discussão que a autora apresenta sobre a ideia de verdade que acompanha os arquivos, como se os documentos arquivísticos fossem isentos, imparciais e representantes fiéis do fato. Recorrendo a Foucault e Derrida, Luciana traz à superfície debates até então assumidos por poucos pesquisadores que os arquivos são “artefatos” histórico e socialmente construídos.

Poderíamos questionar se o próprio “olhar sociológico” sobre os arquivos, por si já não seriam os indícios de uma desnaturalização da acumulação dos arquivos. E essa foi uma das ações de Luciana. Questionamentos como a naturalidade dos arquivos são colocados para compor a análise.

Trazendo em sua abordagem algumas especificidades dos arquivos pessoais, Luciana discute a intencionalidade que está presente na produção e acumulação dos arquivos pessoais pelos seus produtores. Por mais que a questão mereça ser debatida também nos fóruns relativos aos arquivos públicos, merece ainda mais destaque nos arquivos pessoais. Para dar conta desta análise, a autora traça cuidadosamente o perfil do acumulador dos arquivos.

Uma questão que merece destaque, embora não tenha sido foco da autora e não sendo, portanto, parte de sua análise, são as políticas públicas arquivísticas apontadas por Jardim¹ que constituem elemento central na produção, processamento e uso dos arquivos.

A ausência destas políticas públicas arquivísticas pode ser observada de modo mais latente na esfera dos arquivos públicos, mas pode – e deve – também ser observada no que se refere aos arquivos privados, ou mais especificamente aos arquivos pessoais de homens públicos. A ausência destas políticas pode ser identificada a partir da análise de Luciana, ainda que indiretamente.

Uma constatação feita pela autora em sua pesquisa é o uso que é feito da declaração de interesse público e social previsto na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 – a ser proposta pelo Conselho Nacional de Arquivos e submetida à determinação por decreto presidencial. Em sua análise, Luciana aponta que a declaração de interesse público e social é utilizada como estratégia de reconhecimento e para captação de recursos de investimento para tratamento dos acervos privados. O fato apresentado pode ser também indicativo da ausência de políticas

públicas arquivísticas que tenham em conta a importância e as necessidades de determinados arquivos pessoais.

De questões como essas é que se pode constatar o valor de instituições como o CPDOC no tratamento dos arquivos pessoais de homens públicos. Sem desconsiderar o caráter político dessas instituições que são criadas e mantidas com a finalidade de preservar, tratar e dar acesso aos conjuntos documentais acumulados por homens públicos, cujos acervos podem fornecer importante contribuição para compreensão da história do país.

Conforme indica Heymann, por falta de métodos específicos, o tratamento dado aos arquivos pessoais segue a determinação das políticas institucionais. Destacando, ainda, a autora, a ausência de espaço dos arquivos pessoais identificada tanto na sua revisão de literatura quanto na sua análise de legislação arquivística que focam nos arquivos públicos e deixam de propor diretrizes para os arquivos privados – que incluem os pessoais.

A partir de suas análises sobre as bases teóricas da Arquivologia, um outro ponto que pode ser considerado polêmico é a abordagem de Luciana sobre a organicidade nos arquivos. A autora problematiza a organicidade, que no caso dos arquivos pessoais não lhe parece suficiente como no caso dos arquivos institucionais – públicos ou privados.

Camargo e Goulart (2007, p. 36), abordando o tratamento dado ao arquivo pessoal do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmam que “Qualquer outro tratamento que passasse ao largo desse esforço de contextualização, que é na verdade a operação-chave da metodologia arquivística, poria em risco a organicidade da documentação”. De outro modo, Luciana apresenta uma outra possibilidade de caminho a ser percorrido para compreender a composição do arquivo de Darcy Ribeiro.

Ao realizar uma análise dos arquivos do ponto de vista etnográfico, a autora tem como foco explorar a relação entre o titular e seu arquivo, propondo assim diálogos e reflexões bastante interessantes à compreensão de seu objeto.

Embora o foco de Luciana seja no arquivo de Darcy Ribeiro e não no próprio Darcy, para compreender o arquivo, Luciana traça o perfil de seu produtor demonstrando não apenas sua trajetória profissional e intelectual, como nos aponta características de sua personalidade. Características estas que nos indicam os caminhos para a construção do legado de Darcy Ribeiro.

Nascido em Minas Gerais, no ano de 1922, formou-se em Ciências Sociais e especializou-se em Antropologia. Embora não fosse sua intenção inicial, conforme cita a própria Luciana, seu primeiro trabalho foi no Serviço de Proteção ao Índio.

Entre diversos trechos dos escritos do próprio Darcy, assim como em depoimentos prestados por pessoas próximas a ele, como o de seu sobrinho Paulo Ribeiro, Heymann apresenta a vida e a obra de um homem múltiplo, como ele mesmo se definira. São linhas de um texto fluído – e notas de rodapé impossíveis de serem esquecidas – que incita a curiosidade sobre um personagem interessante, sob vários aspectos, do cenário político brasileiro.

Em seu texto Luciana narra aflições, medos, vontades, decepções e vaidades de um homem público cujas realizações enriqueceram a vida da sociedade brasileira e permanecem presentes até os dias atuais. Mas, para além de todos os detalhes apontados sobre sua personalidade, apesar de fundamentais, outras informações são de grande relevância à compreensão do homem de fazimentos, como gostaria de ser lembrado, e da construção de seu legado.

A doença de Darcy, sua percepção sobre si e o medo de ser esquecido fez dele um homem de grandes ações e em diferentes áreas. Um homem múltiplo, como ele se designava. Darcy tinha como projeto individual ser lembrado por suas ideias e por seus projetos, os quais ele mesmo considerava grandiosos. Era um homem vaidoso e se orgulhava disso.

É interessante saber que diversas instituições públicas atuais foram idealizadas, projetadas por Darcy Ribeiro. Entre as suas obras constam o Museu do Índio, a Universidade de Brasília – da qual Darcy foi o primeiro reitor – e a Universidade Estadual do Norte Fluminense. Além destes, os Centros Integrados de Educação Pública (os CIEPs), o Sambódromo do Rio de Janeiro e a Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro.

Na cena política, Darcy foi de ministro de Estado a exilado político no Uruguai, durante o período de regime militar no Brasil. Entretanto, Darcy queria ser lembrado, preferencialmente, como um gênio. Mais do que como um político, mas como um intelectual. Conforme destaca Luciana, Darcy ocupava seu tempo exclusivamente com o que lhe acrescentasse.

Heymann aponta que para dar conta de seu projeto de não ser esquecido Darcy decidiu criar a Fundação Darcy Ribeiro (FUNDAR), cujo objetivo era “manter o nome de Darcy vivo”. Uma Fundação idealizada pelo próprio Darcy como uma forma de tornar-se presente e atuante, fazendo com que ela assumisse e continuasse suas realizações, mesmo após a sua morte. Assim ele permaneceria nas lembranças das pessoas por meio de suas ações que continuariam a ser executadas.

Luciana então se dedica a análise do Darcy inventor e executor de um projeto institucional que deveria levar adiante os seus ideais. Então a Fundar não foi concebida para abrigar o “legado” de Darcy Ribeiro? Não. Mas, com a morte de Darcy, essa foi uma das consequências. Com sua morte, o arquivo de Darcy Ribeiro assumiu um outro status dentro da Fundação e por esta razão estabeleceu-se contato com o CPDOC para a organização desse acervo. Pelo CPDOC, Luciana Heymann foi a responsável pelo projeto de organização do acervo de Darcy Ribeiro na FUNDAR.

Sobre a organização do arquivo de Darcy, primeiro Luciana apresenta o acervo, situando o leitor no tempo e no espaço. Aponta em que áreas há maior concentração de documentos e quais as razões – ou possíveis razões – para essas concentrações e também para as ausências de documentos em determinadas áreas de atuação. Os documentos revelam as distinções entre as atividades do intelectual e do político, mas também retratam a sua vida privada.

Embora Luciana ressalte que o arquivo era muito consultado pelo próprio Darcy, o que impôs ao arquivo uma lógica de organização dentro da necessidade de utilização dos

documentos, a autora buscou também compreender as interferências na organização do acervo ainda durante sua acumulação, grande parte feita por Berta Ribeiro, primeira esposa de Darcy, mas também por outras pessoas próximas a ele. Tais intervenções podem colocar o princípio de respeito a ordem original² no centro de muitos debates.

A forma como se deu a organização do arquivo de Darcy Ribeiro não é apenas um relato de experiência. Os apontamentos sobre como a motivação da direção da FUNDAR de ser fiel à imagem de Darcy se sobrepôs à argumentação teórica para tratamento do acervo são dados trazidos ao debate e que refletem os elementos políticos presentes na organização de qualquer arquivo, seja institucional ou pessoal.

As incorporações feitas desconsiderando o respeito aos fundos – um dos princípios arquivísticos mais difundidos e segundo o qual documentos de um fundo de arquivo não podem ser misturados aos de outros fundos – deixa claro aos leitores que nem tudo que consta na FUNDAR como parte do arquivo de Darcy Ribeiro era originalmente parte do arquivo. Algumas parcelas de documentos possuem outras proveniências em função da ideia da direção da Fundação de que o arquivo de Darcy Ribeiro deveria ser um arquivo completo, que representasse totalmente o seu titular, independente de quem acumulou o acervo.

Ao apresentar a metodologia utilizada na organização do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, Heymann adota uma postura pouco comum no cenário arquivístico: o de explicitar os princípios e as opções metodológicas que nortearam o desenvolvimento do trabalho.

Os diálogos travados com as experiências narradas por outras instituições responsáveis pela guarda, preservação, tratamento e acesso de acervos pessoais de homens públicos, como o de Mario Covas e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tornam a leitura ainda mais enriquecida.

O Lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro apresenta fatos da vida de um homem, sua personalidade, seus ideais e suas ações e como tudo isso se expressou em seu arquivo pessoal. Mas, mais do que isso, direciona o leitor ao questionamento. Seja sobre os aportes teóricos sob os quais caminha uma disciplina, seja sobre as práticas desenvolvidas e pouco contestadas ou debatidas.

Os questionamentos da autora a alguns postulados da Arquivologia, como a naturalidade no processo de acumulação dos arquivos, o respeito à ordem original e a organicidade que não dão conta dos arquivos pessoais, deixa muito mais dúvidas do que respostas e indica ao leitor inúmeras possibilidades de pesquisa, ampliação de debates e, quem, sabe até uma revisão da teoria arquivística.

Está posto e claro que nem todos os métodos arquivísticos utilizados no tratamento dos arquivos institucionais dão conta das especificidades dos arquivos pessoais. O que nos cabe, enquanto profissionais e pesquisadores, é mergulhar nesta infinidade de possibilidades postas à reflexão por Luciana Heymann e caminhar sem medo de se aventurar por territórios pouco explorados como os arquivos pessoais.

Notas

1 - De acordo com Jardim (2003, p. 38-39) são políticas públicas arquivísticas o “conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplem os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística pública e privada”.

2 - Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, P. 137), Princípio do respeito à ordem original é o princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- JARDIM, José Maria. Inferno das boas intenções. In: MATTAR, Eliana (org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

Recebido em 30/04/2013



Entrevista

